

II SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



ANAIS

Renata Egert
Cesar Riboli
(Organizadores)



**II SEMINÁRIO DE
MONOGRAFIA JURÍDICA**

ANAIS



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração:

Nestor Henrique de Cesaro

Câmpus de Frederico Westphalen

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

Câmpus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Câmpus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Câmpus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Câmpus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Câmpus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



ANAIS DO II SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

01 a 09 de dezembro de 2014

Frederico Westphalen - RS

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen

Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas

Curso de Direito

Renata Egert

César Riboli

Cesar Luis Pinheiro

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Alfeo Domingos Damo

André Rodrigues

Antônio Luis Pinheiro

Aquelino Domingos Corbari

Daniel P. Fensterseifer

Fernando Battisti

Jan Carlos Novakowski

Jean Mauro Menuzzi

Luciana Borella

Maurício Zandoná

Nádia Scariot

Olivério de Vargas Rosado

Otacílio Vanzin

Pablo Caovilla Kuhn

Patrícia Stieven

Renata Egert

Tarcísio Vendruscolo

Thiago Luiz Rigon de Araújo

Vagner Felipe Kuhn

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Renata Egert

Cesar Riboli

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE DIREITO**

II SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

ANAIIS

Organizadores

Renata Egert
Cesar Riboli



2015



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Renata Egert, Cesar Riboli
Revisão metodológica: Responsabilidade dos autores
Revisão Linguística: Responsabilidade dos autores
Diagramação: Tani Gobbi dos Reis
Capa/Arte: Philipe Gustavo Portela Pires

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S47a Seminário de Monografia Jurídica (2.: 2015 : Frederico Westphalen, RS)
Anais [recurso eletrônico] [do] II Seminário de Monografia Jurídica
/ Organizadores: Renata Egert, Cesar Riboli. – Frederico Westphalen :
URI – Frederico Westph, 2015.
46 p.

Disponível em: <http://www.fw.uri.br/new/aluno/pagina/editora>

ISBN 978-85-7796-140-5

1. Monografia. 2. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões – Curso de Direito. I. Egert, Renata. II. Riboli, Cesar. III.
Título.

CDU 34

Bibliotecária: Gabriela de Oliveira Vieira



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 8, Sala 108
Câmpus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265

E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
Renata Egert	
<i>CAPÍTULO I - ESTADO CONSTITUCIONAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</i>	10
A RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO TOMADOR DE SERVIÇOS NA TERCEIRIZAÇÃO	11
André Rodrigues, Tanira Tasso Prado	
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO	13
André Rodrigues, Jaqueline Ceratti	
TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVO	15
André Rodrigues, Sabrina da Silva Ghizzi	
DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO POR RICOCHETE	16
André Rodrigues, Ivanise Chimello	
PECULIARIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	18
André Rodrigues, Simone Gonchoroski	
A FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS	20
Pricila de Bairros Figueiró, Alfeo Domingos Damo	
O COMÉRCIO ELETRÔNICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	22
Renata Egert, Ládís Portes de Lima	
A DEFESA DO CONSUMIDOR FRENTE À PUBLICIDADE NO DIREITO CONSUMEIRISTA BRASILEIRO	24
Renata Egert, Antônio Carlos Rodrigues Júnior	
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A (IN)EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	26
Fernanda Ribeiro Magri, Renata Egert	
A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO CIDADÃO COMO EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	28
Tainara Gatti, Cesar Riboli	
O CARÁTER DO DANO MORAL APLICADO AO DANO ESTÉTICO EM VIRTUDE DE ERRO MÉDICO	30
Thais Regina Piovesan, Cesar Riboli	

<i>CAPÍTULO II- PERSPECTIVAS INOVADORAS DE UM DIREITO CRIMINAL CONTEMPORÂNEO</i>	32
VARAS DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA VS. LARANJA MECÂNICA: UM ESTUDO CRIMINOLÓGICO DAS TÉCNICAS ADOTADAS.....	33
Paulo Renato Moreira da Silva, Daniel Pulcherio Fensterseifer	
DELAÇÃO PREMIADA E CONFISSÃO: UMA INVESTIGAÇÃO COMPARATIVA ENTRE OS DOIS INSTITUTOS.....	35
Daniel Pulcherio Fensterseifer, Anagreici Manfrin Pretto	
A INQUIRIRÃO DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL POR MEIO DO DEPOIMENTO SEM DANO	37
Iana Terezinha Trento, Daniel Pulcherio Fensterseifer	
A (IN)EFICÁCIA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DIANTE DA CRIMINALIDADE CRESCENTE	39
Kátia Nienow, Olivério de Vargas Rosado	
SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: DIREITO SUBJETIVO DO ACUSADO	41
Jean Mauro Menuzzi, Mariele Albiero	
A INVESTIGAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E OS DEBATES ACERCA DA PEC N. 37	43
Jean Mauro Menuzzi, Jéssica Behnen de Bona	
O ADOLESCENTE E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NA PERSECUÇÃO PENAL	45
Jean Mauro Menuzzi, Bruna Cardoso Pinto	
INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL: PROCEDIMENTO, DEFICIÊNCIAS E CONTRADIÇÕES	47
Jean Mauro Menuzzi, Angela Teresinha Milani	

APRESENTAÇÃO

Renata Egert

Esta publicação que ora é tornada pública contém os resumos apresentados no II Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Anunciamos desta forma, os trabalhos aprovados pela comissão Científica. A edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saber que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os sub-eixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo.

Na universidade, compreende-se a Pesquisa enquanto princípio científico e acadêmico, formando matéria prima do conhecimento, considerada atividade fundamental do ensino, da promoção e difusão do conhecimento e das ações e programas de extensão. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão. A pesquisa visa a produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico a pesquisa como “busca da verdade” foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Assim o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido.

Dessa forma a pesquisa na universidade garante o suporte às atividades de ensino e de extensão, consolida grupos e redes, sustenta a pós-graduação e a produção intelectual, realimenta e qualifica a extensão universitária.

A pesquisa realizada através do trabalho monográfico compreende a produção de texto relacionado com o conteúdo jurídico, utilizando-se da metodologia científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Esta proporciona um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, e ainda oportuniza um espaço para que o bacharelando possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada e propiciando observações e análises de

temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico a pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional, e isto se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos destes trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

**CAPÍTULO I - ESTADO CONSTITUCIONAL E
CIDADANIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

A RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO TOMADOR DE SERVIÇOS NA TERCEIRIZAÇÃO

André Rodrigues¹

Tanira Tasso Prado²

O presente trabalho aborda o estudo da responsabilização do tomador de serviços na terceirização pelas verbas trabalhistas sonegadas pelo prestador de serviços. Optou-se pelo tema pelo fato de não haver atualmente legislação que trate especificamente sobre a terceirização de serviços e a construção de um entendimento jurisprudencial capaz de suprimir tal omissão. O trabalho está estruturado em três capítulos, iniciando-se por um estudo histórico, conceitual e principiológico do Direito do Trabalho e as características e particularidades da relação empregatícia. Apresenta considerações acerca da flexibilização das normas trabalhistas e a conexão com o tema a ser analisado, seguindo-se do estudo da terceirização, a qual é tida como um seguimento da flexibilização do regramento laboral, com a análise da incorporação desse instituto pelas empresas e entidades públicas e os seus reflexos no ordenamento trabalhista, bem como da possibilidade de utilização desse instituto observando as leis trabalhistas e as formas consideradas lícitas e ilícitas, com considerações acerca do tema sobre as atividades-fim e meio das empresas. Analisou-se os fundamentos da responsabilização do tomador de serviços, em especial os princípios que garantem a proteção e a dignidade do trabalhador, com posterior estudo do entendimento jurisprudencial sumulado do Tribunal Superior do Trabalho e as particularidades de tal verbete, bem como a definição das responsabilidades solidárias e subsidiárias do tomador de serviços e a aplicabilidade das mesmas, analisando o entendimento dos tribunais superiores acerca dessas responsabilidades. Estudou-se a utilização da terceirização pela Administração Pública e as particularidades da responsabilização do ente público. O presente trabalho mostra que, mesmo diante a omissão legislativa, a jurisprudência pautou-se de meios hábeis para assegurar os direitos dos trabalhadores terceirizados responsabilizando o tomador de serviços pelas verbas trabalhistas inadimplidas ou nos casos de falência ou fraude das empresas prestadoras de serviços,

¹ Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

garantindo ao trabalhador terceirizado um tratamento digno e a garantia de ter seus direitos resguardados, bem como uma limitação na prática de terceirizações fraudulentas. Para a realização do presente estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta – bibliográfica como técnica de pesquisa, eis que pautada na leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de conceitos, obras e autores, bem como da leitura da legislação brasileira e pesquisa da jurisprudência dos tribunais superiores, necessárias para a fundamentação do tema em estudo.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO

André Rodrigues¹

Jaqueline Ceratti²

O presente trabalho analisou a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho. O tema foi escolhido devido ao elevado número de acidentes de trabalho que ocorrem diariamente. Visou-se analisar em quais casos o empregador responderia objetivamente diante da ocorrência do infortúnio, já que o direito brasileiro adota, como regra geral, a teoria subjetiva, na qual se faz necessária à presença da culpa, diferente do que acontece na teoria objetiva. O estudo foi dividido em três segmentos, sendo que, no primeiro, foi abordada a evolução histórica do Direito do Trabalho, tanto no mundo quanto no Brasil; os princípios do Direito do Trabalho; bem como as obrigações do empregado e do empregador no contrato de trabalho. No segundo capítulo, definiu-se o acidente de trabalho e tratou-se das suas espécies, objetivando diferenciar o acidente de trabalho da doença ocupacional, fazendo, ainda, um comparativo entre esses institutos, bem como os danos que decorrem desse acidente, quais sejam, os danos morais, os materiais e os estéticos. O terceiro capítulo tratou do objetivo específico deste trabalho, conceituando e analisando a responsabilidade civil objetiva no direito brasileiro, e, principalmente, a responsabilidade civil objetiva no acidente de trabalho, mostrando o conceito legal e doutrinário que tratam sobre a responsabilidade civil. O trabalho apontou alguns casos concretos julgados pela jurisprudência, especificamente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, a fim de analisar em quais casos de acidente de trabalho o Tribunal adota a responsabilidade civil objetiva. Pela análise de todo o exposto ao longo dos três capítulos, conclui-se que tanto a lei quanto a doutrina admitem a aplicação da responsabilidade civil objetiva para responsabilizar o empregador ao pagamento de indenizações no caso de acidente de trabalho ocorrido em atividade que enseja, pela sua natureza, um risco maior ao obreiro do que aquele a que está exposto o restante da coletividade. Tal teoria foi admitida em razão de que, em muitos casos, era impossível à vítima provar a existência de culpa do empregador, muitas vezes até porque esta não existia.

¹ Especialista em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

Assim, não havia como aceitar que o trabalhador que sofreu um acidente, em razão do exercício de suas atividades, ficasse sem qualquer tipo de indenização, pois cabe ao empregador arcar com os riscos do negócio. Por essa razão, a jurisprudência do Tribunal Regional da 4ª Região vem aplicando a responsabilidade civil objetiva nos casos de acidentes de trabalho ocorridos nas atividades em que o empregado estava exposto a um risco acentuado, ou seja, quando, na atividade por ele desenvolvida, exista maior possibilidade de ocorrência de acidente. Utilizou-se, para o desenvolvimento do estudo, o método de abordagem dedutivo que se baseia em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos, o método de procedimento caracterizado como monográfico, o qual visa o estudo aprofundado de determinados indivíduos, profissões e condições, e como técnica de pesquisa foi adotada a pesquisa indireta – bibliográfica, pois foram analisadas obras de diversos doutrinadores, a legislação brasileira, bem como a jurisprudência para buscar o conhecimento e resolver a problemática do tema abordado.

TRABALHO ANÁLOGO A ESCRAVO

André Rodrigues¹

Sabrina da Silva Ghizzi²

O presente trabalho tem como objetivo apontar em que condições se configura o trabalho análogo ao de escravo, e de que forma este fere os direitos fundamentais do trabalhador. Sabe-se que o trabalho análogo ao de escravo é considerado o mais alto grau de exploração do ser humano, pelo fato deste, ferir diretamente os direitos de personalidade do trabalhador, assim como, violar a sua dignidade. O trabalho em condições análogas à de escravo é caracterizado por diversas situações, não sendo estas, caracterizadas apenas pela violência, mas também através da coação física, moral e psicológica que o trabalhador venha a sofrer no exercício de sua atividade laboral, como forma de restringir a sua liberdade. Ocorre que, atualmente tal situação vem sendo camuflada pelos empregadores que se utilizam de meios ardilosos para tornar lícita a prática desses atos. Por isso, é de fundamental importância um estudo detalhado do caso, a fim de apontar a ocorrência do trabalho análogo ao de escravo, e analisar de que forma este fere os direitos fundamentais do trabalhador. Para a realização deste estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa; realizada a partir da coleta de livros, artigos, revistas científicas e jurisprudências. Deste modo, verificou-se que, é direito do trabalhador a livre escolha de trabalho, desenvolvido em condições justas, e que preservem a sua saúde e dignidade. A incidência de qualquer fator que venha a violar tais condições asseguradas por lei, levam a caracterização do trabalho análogo ao de escravo e, devem ser punidas como forma de reprimir e impedir a reincidência de tal ato, de modo a assegurar os direitos básicos e fundamentais do trabalhador.

¹ Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO POR RICOCHETE

André Rodrigues¹

Ivanise Chimello²

O presente trabalho enfatiza um estudo acerca do dano moral em ricochete e sua caracterização no acidente de trabalho. Tem como objetivo traçar algumas considerações sobre alguns dos principais aspectos atinentes ao dano moral em ricochete, tendo em vista que, apesar de ser um instituto de dano antigo, o mesmo é pouco utilizado no mundo jurídico devido a sua difícil caracterização. Inicialmente o estudo foi direcionado para a evolução histórica do Direito do Trabalho até os dias atuais para assim analisar dos requisitos da relação de emprego e seus princípios norteadores. Em um segundo momento foram analisados os aspectos gerais do acidente de trabalho e os deveres do empregado e empregador dentro da relação de emprego para assim refletir sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho. O foco do presente estudo concentrou-se em verificar e estudar o dano moral em ricochete no acidente de trabalho. Para isso, foram necessários alguns apontamentos sobre os aspectos gerais do dano moral e seus meios de prova na relação de emprego para assim compreender o que é o dano moral em ricochete e quando se caracteriza. Dessa forma, este trabalho buscou estudar o dano moral por ricochete, estabelecendo quem são os legitimados, para ingressar com ação reparatória com base na extensão do dano. Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada a partir de coletas em livros e análises jurisprudenciais. Foram utilizados para o estudo, livros do Direito do Trabalho e de Responsabilidade Civil, e também artigos específicos da temática, foram utilizados da internet. Assim verificou-se que, no dano moral em ricochete, são atingidos de modo reflexo, aqueles que possuíam laços afetivos com a vítima, familiares ou não, cabendo ao juiz analisar em caso a caso, a relação entre eles, existente. Concluindo o estudo, destacam-se posicionamentos jurisprudenciais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para um melhor entendimento da temática abordada já que o mesmo vem entendendo que, para a configuração do dano em ricochete no acidente de trabalho, não é necessário que tenha ocorrido apenas o evento morte do

¹ Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Público; Mestrado em Direitos Fundamentais, Professor do Curso de Direito Da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito Da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

trabalhador, isso porque expor o trabalhador a algum tipo de risco compromete não somente sua integridade, mas também, por via reflexa, o patrimônio subjetivo de terceiros a este ligado.

PECULIARIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

André Rodrigues¹

Simone Gonchoroski²

O presente trabalho aborda a temática das peculiaridades do contrato de trabalho do portador de deficiência no ordenamento jurídico brasileiro. Optou-se pelo tema, pois existem no Brasil inúmeros trabalhadores portadores de algum tipo de deficiência. Ante tal cenário é evidente a relevância do estudo que proponha a verificar se os direitos às pessoas portadoras de deficiência estão sendo efetivamente assegurados. E, é principalmente no mercado de trabalho que as pessoas, não só aquelas com deficiência põem a prova sua interação social, formação escolar, acadêmica e profissional, sua saúde, independência, autoestima, enfim todas as suas capacidades como indivíduo produtivo integrado a sociedade. O trabalho está estruturado em três capítulos, primeiramente, foi elaborado um breve estudo sobre o direito do trabalho em um panorama histórico, também será relatado como se deu a evolução no Brasil, e ainda apresentar-se-á os princípios do direito do trabalho e as generalidades do contrato individual de trabalho. Em segundo plano, verificar-se-á qual é a terminologia adotada, o conceito de pessoa portadora de deficiência e as diferenças entre a incapacidade e deficiência, além das principais normas relativas às pessoas portadoras de deficiência em âmbito internacional, e ainda, o princípio da igualdade e a proteção para este grupo de pessoas. E por fim, o trabalho fará referência à pessoa portadora de deficiência no ordenamento constitucional brasileiro. Este capítulo, também faz menção às peculiaridades do contato de trabalho da pessoa portadora de deficiência, utilizando o sistema de cotas como vicissitude à contratação desse grupo de pessoas. Analisando, o art. 93 da lei 8.213/91, suas principais polêmicas e apresentando meios de incentivos para esta demanda. Para a realização deste trabalho monográfico utiliza-se do método dedutivo, em que parte-se de conceitos e idéias gerais para se chegar a conclusões específicas. A estratégia metodológica é a pesquisa

¹ Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Público; Mestrando em Direitos Fundamentais; Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

bibliográfica, eis que pautada na leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de conceitos, obras e autores, bem como da leitura da legislação brasileira necessárias para a fundamentação do tema em estudo.

A FUNÇÃO SOCIAL DOS TRIBUTOS

Pricila de Bairros Figueiró¹

Alfeo Domingos Damo²

O tributo, na maioria das vezes, é visto como um sacrifício, um castigo. Todavia, essa rejeição social não combina com a verdadeira função do tributo, qual seja a promoção do bem comum, da igualdade e da justiça, pois isso é responsabilidade do Estado que utiliza da receita arrecadada para cumprir com seu dever. Conhecer a função socioeconômica dos tributos, a aplicação dos recursos públicos, bem como as estratégias para o exercício do controle democrático é que possibilitam a construção da cidadania tributária. Com o objetivo de entender a tributação pelo ponto de vista mais sociológico, para o presente estudo utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta-bibliográfica como técnica de pesquisa. Após o estudo bibliográfico pode-se concluir que a função social tributária é, a partir da arrecadação de tributos, garantir a redistribuição de renda, oferecer serviços públicos de qualidade e garantir o efetivo direito de todos os cidadãos em contraprestação do dever de pagar tributos, no sentido de propiciar a evolução do país econômica, política e socialmente. Os tributos sempre acompanharam a evolução do homem ao longo da história. Por muitos anos a cobrança dos tributos visava não apenas garantir a riqueza de poucos, mas também sustentar o poder daqueles que o cobravam. Havia muita imposição e opressão. O povo não tinha vez e nem voz, muito sangue teve de ser derramado para mudar essa realidade. Hoje em dia já existem garantias aos direitos dos contribuintes, bem como imposições de limites ao poder do Estado de tributar. O real problema não está na cobrança dos tributos, pois isso é indiscutível. Mas a maneira como ocorre a relação tributária e também o desconhecimento dos contribuintes é preocupante, pois, sendo assim, o tributo está tendo apenas uma função arrecadatória e não uma função social, como deve ser. No Brasil, embora se tenha uma legislação específica para tratar do assunto, o Código Tributário Nacional de 1966 está necessitando de uma reforma. Porém uma reforma desse porte não é algo tão simples, tem que ser muito bem pensada, planejada, calculada, para que de fato alcance seu objetivo e apresente verdadeiramente

¹ Acadêmica do curso de Direito, formanda 2/2014. Estagiária na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul em Frederico Westphalen.

² Professor na Universidade Regional Integrada, campus de Frederico Westphalen. Advogado no município de Frederico Westphalen.

mudanças plausíveis, a fim de atender a função social do tributo e também a política de distribuição de renda. É fundamental a instituição da educação fiscal como conteúdo curricular em todos os níveis de ensino e também como tema de debate na sociedade, pois assim a população estará se aproximando do fisco e perderá o medo do “leão”. Essa é a melhor maneira, e talvez a única eficaz, de contribuir para a construção de uma consciência fiscal, o que será determinante para que se institua no Brasil uma verdadeira reforma do sistema tributário, a fim de torná-lo mais justo, simples e transparente, em que os indivíduos entendam qual a sua participação na relação tributária.

O COMÉRCIO ELETRÔNICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Renata Egert¹

Ládis Portes de Lima²

O presente trabalho aborda a temática do comércio eletrônico, principalmente no que diz respeito a forma em que é realizado o regramento deste no Brasil. Optou-se pelo tema devido a percepção do paralelo existente entre a grande demanda de compras e vendas de produtos e serviços no comércio eletrônico e o número considerável de reclamações de consumidores em virtude deste tipo de contratação, necessitando-se, portanto, da aplicação de legislações específicas para reparar os danos decorrentes do mesmo. O trabalho está estruturado em três capítulos, iniciando-se por um estudo acerca dos primeiros diplomas legais que trataram sobre o comércio eletrônico no Brasil, abordando a importância desta nova forma contratual para o Direito. Destaca considerações sobre o modo de consolidação, natureza e o conceito do Direito do Consumidor, como também apresenta conceitos de consumidor, fornecedor, produtos e serviços, classificando-os, respectivamente. Ademais, analisa o comércio eletrônico, os contratos decorrentes do mesmo e suas peculiaridades, abarcando nestes os contratos eletrônicos de consumo. Analisa ainda a oferta e publicidade, a aplicação do Código do Consumidor na defesa dos internautas consumidores, o provedor de serviço e a sua responsabilidade enquanto intermediador de venda e, finalmente, jurisprudências concernentes ao erro grosseiro de propaganda. O presente trabalho monográfico mostra que há a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas relações de consumo ocorridas na internet, uma vez que o e-consumidor se enquadra no conceito legal, tal como o consumidor do comércio tradicional. Contudo, pelo fato da norma consumerista apresentar algumas lacunas, carece-se de legislações específicas, salientando o Decreto nº 7.962/13 e o Projeto de Lei nº 281/2012, sendo que este último, após a sua aprovação, promoverá o fortalecimento na confiança do consumidor quando realizar suas compras no comércio eletrônico. Almeja-se assim, atingir alguns objetivos, que são o desenvolvimento econômico e social, o aperfeiçoamento das relações de consumo via internet, bem como, a prevenção de litígios.

1 Mestra em Direito, Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen - RS.

2 Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen - RS.

Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa.

A DEFESA DO CONSUMIDOR FRENTE À PUBLICIDADE NO DIREITO CONSUMEIRISTA BRASILEIRO

Renata Eger¹

Antônio Carlos Rodrigues Júnior²

A presente pesquisa tem como objetivo inteirar o Consumidor e também o Fornecedor para que haja uma harmonia entre estes dois polos, pois, nos dias de hoje, está-se em tempos de desenvolvimento tecnológico e financeiro, forçando algumas empresas fornecedoras a cometerem erros graves, gafes publicitárias para chamar a atenção de seus consumidores, com isso, abusos graves são cometidos contra o Consumidor, considerado parte Hipossuficiente nessa relação. O Consumidor se vê diariamente em um mundo cheio de ofertas por vezes verdadeiras, porém, algumas dessas ofertas, visam maliciosamente enganar, omitindo ou emitindo informações que fulminantemente, desviam o olhar do Consumidor que se vê obrigado a fazer parte desse grupo iludido. Devido à desigualdade clara do Consumidor considerado hipossuficiente, não somente tratando-se de seu capital financeiro, mas também de sua vulnerabilidade técnica sobre o que está comprando, e jurídica para que o mesmo possa competir de igual para igual judicialmente. Para a realização da presente pesquisa utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta-bibliográfica como método de pesquisa. Em seu segundo capítulo, entre os tópicos trabalhados foram discutidos princípios que norteiam o bom clima entre o Consumidor e Fornecedor, também, os vícios contidos nos produtos e serviços muitas vezes ocultos escondendo por vezes graves informações. Tanto o Consumidor quanto o Fornecedor, tiveram seus principais aspectos conceituados com clareza. Por fim, abordou-se as praticas comerciais onde, destacou-se as praticas abusivas encontradas no Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, onde seus incisos receberam casos concretos, trazidos a pesquisa por meio de Decisões Reiteradas dos Tribunais do Brasil. Destaca-se também com grande importância de se fazer uma grande propaganda do órgão pouco conhecido chamado, Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitaria (CONAR) responsável pela

¹ Mestra em Direito, Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

fiscalização e aplicação de barreiras na publicidade que objetivam enganar o consumidor. Demonstra a aplicação das normas do CONAR, por meio de denúncias feitas por consumidores insatisfeitos, que logo após feitas tomaram o rumo esperado.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A (IN)EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NO ATUAL ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Fernanda Ribeiro Magri¹

Renata Egert²

A violência contra a mulher é um fenômeno que ocorre em toda a sociedade em todos os tempos, não se podendo generalizar que ocorre apenas nas classes menos favorecidas, pois há muito se tem verificado que o fato se dá pelo contexto histórico e cultural da sociedade. É uma tática consciente para obter poder e controle sobre a mulher. Quando acontece em ambiente familiar é uma fonte de medo, dano físico e psicológico à mulher e também às crianças, incluindo todos os tipos de ameaças e privação de liberdade. A violência contra a mulher não é doença genética, nem consequência de alcoolismo, drogas, estresse ou raiva descontrolada, tampouco consequência do comportamento da vítima ou da pobreza. A violência contra a mulher é fruto da desigualdade entre homens e mulheres. No Brasil, há mais de três décadas, as mulheres denunciam e tentam dar visibilidade a essa situação. Neste período o país participou de várias convenções e assinou diversos tratados em prol da redução da violência doméstica e de gênero. O Governo Federal lançou um Plano Nacional de Prevenção e Redução da Violência Doméstica e de Gênero e o maior avanço no combate a violência doméstica foi a Lei Federal nº 11.340/06, a Lei Maria da Penha, entre os avanços, a lei modifica o Código Penal no artigo nº 129 que trata dos crimes tipificados como violência doméstica. Porém, todas estas iniciativas ainda não têm desencadeado um processo de mudança que de fato supere a violência contra a mulher, dando margem a indagações a respeito da sua real efetividade. É sabido que a mulher não consegue superar sozinha o estigma da violência doméstica, vez que na maioria das vezes ela depende financeiramente do agressor e acaba suportando as agressões em detrimento de seus filhos e de sua própria sobrevivência. Assim, o que se pretende, é buscar do Poder Público garanta a efetividade da Lei Maria da Penha, criando mecanismos de amparo às vítimas, meios de reinserção no seio social e a certeza da punição dos agressores. Só assim se poderá reduzir o número de

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Mestra em Direito, Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

mulheres violadas e violentadas, que se calam porque alimentam o sonho de viver em um lar doce lar. Para a realização da presente pesquisa utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta-bibliográfica como método de pesquisa.

A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO CIDADÃO COMO EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Tainara Gatti¹

Cesar Riboli²

Este trabalho aborda a evolução histórica e definição de direito previdenciário no Brasil e busca verificar como se dá a proteção previdenciária ao cidadão como mecanismo viabilizador dos direitos sociais fundamentais. Esta pesquisa desenvolveu-se em três capítulos sendo que o primeiro deles se refere ao direito previdenciário e sua evolução histórica revendo conceitos, classificações e princípios dos direitos previdenciários. O segundo capítulo trata sobre um aprofundamento da teoria sobre a estrutura do direito previdenciário e seu funcionamento, regimes, contribuintes, segurados, manutenção da qualidade de segurados e dependentes que possuem direitos. O terceiro capítulo aborda sobre os benefícios da Previdência Social frente aos Direitos Fundamentais e a solidariedade social. Destaca-se nesta pesquisa que o marco inicial do Direito Previdenciário no Brasil deu-se em 1923 com o Decreto legislativo nº 4682/1923. A Constituição de 1934 foi a primeira a prever o sistema previdenciário em seu texto, resguardou a velhice, invalidez, maternidade, morte e acidente de trabalho. A Constituição de 1988 inovou o sistema previdenciário brasileiro ao trazer um capítulo apenas sobre a seguridade social, previdência social e assistência social. Constata-se a importância deste tema para um maior conhecimento, sendo que em 1990, pela lei 8.029/90 criou-se o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia federal vinculada ao ministério da Previdência Social. O direito previdenciário busca a proteção social dos indivíduos. Nas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social está o Regime Geral da Previdência sendo executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Este Regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Então, os contribuintes são os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais. O intuito da lei nº. 9.876/1999 foi agregar em uma mesma categoria os segurados com direitos e obrigações semelhantes para com a previdência social. O segurado e seus dependentes têm direito a vários serviços e benefícios oferecidos pelo Regime Geral de

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Mestre em Direito, Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

Previdência Social. Conclui-se com isto que cada benefício tutela algum direito fundamental específico, como por exemplo, o salário maternidade o auxílio acidente são regidos pelo direito a vida e a saúde, o salário família o direito à educação, porém destaca-se que todos os benefícios oferecidos pela previdência tutelam o direito a dignidade da pessoa humana e o da subsistência, verificando-se que pode se afirmar que os benefícios previdenciários abarcam de forma satisfatória o direito social à previdência e são eficazes para garantir a efetivação dos Direitos Fundamentais. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento, o qual se caracteriza como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

O CARÁTER DO DANO MORAL APLICADO AO DANO ESTÉTICO EM VIRTUDE DE ERRO MÉDICO

Thais Regina Piovesan¹

Cesar Riboli²

O presente trabalho tem como objetivo abordar a quantificação do dano moral quando configurado o dano estético em intervenções cirúrgicas para o fim de corrigir defeitos na aparência do paciente, assim como aquelas exclusivamente estéticas, também chamados de cirurgias de embelezamento. No entanto, para que seja arbitrada indenização em favor do paciente é necessária a confirmação da responsabilidade civil inerente ao médico, bem como o tipo de obrigação que foi assumida para que, assim, seja possível ensejar ação indenizatória em face do médico que, dependendo do tipo de procedimento utilizado, pode ter assumido uma responsabilidade objetiva ou subjetiva. O dano moral é o dano que afeta a autoestima do paciente, fazendo com que haja a perda de sua confiança, podendo acarretar em um complexo de inferioridade em razão do fracasso de uma cirurgia que objetivava proporcionar satisfação ao paciente, melhorando seu aspecto físico. Hoje a cirurgia estética é muito comum, sendo uma intervenção cirúrgica que se popularizou em virtude da procura desacelerada pelo corpo perfeito, padrão cada vez mais imposto pela sociedade. Essa popularização fez com que muitos profissionais da área da saúde, muitos inclusive sem especialização na área da cirurgia estética, se aventurassem nesse campo da medicina, o que ocasionou uma série de ações indenizatórias propostas com o fim de buscar a reparação pelos danos morais e estéticos advindos de erros médicos. Deve-se fazer distinção entre a obrigação que o médico assume em relação às cirurgias de caráter corretivo e às cirurgias que visam exclusivamente melhorar o aspecto físico. Nas cirurgias corretivas, em razão de problemas congênitos, ou ainda em razão de deformidades advindas de acidentes, o cirurgião plástico deve atuar com obrigação de meio, ou seja, deve ser diligente e aplicar toda técnica disponível para corrigir o defeito, no entanto, não há um comprometimento com o resultado. Já na cirurgia estética embelezadora o paciente apenas assume os riscos inerentes a uma cirurgia porque tem a garantia de que obterá

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

o resultado pretendido ao final do procedimento, sendo essa a obrigação assumida pelo médico, uma obrigação de resultado, podendo responder objetivamente caso o paciente não alcance o resultado almejado.

**CAPÍTULO II - PERSPECTIVAS INOVADORAS
DE UM DIREITO CRIMINAL
CONTEMPORÂNEO**

VARAS DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA VS. LARANJA MECÂNICA: UM ESTUDO CRIMINOLÓGICO DAS TÉCNICAS ADOTADAS

Paulo Renato Moreira da Silva¹

Daniel Pulcherio Fensterseifer²

A presente pesquisa busca um entendimento amplo dos aspectos norteadores, bem como os detalhes procedimentais e principiologicos das Varas de Dependência Química, utilizando-se de comparação desta com o tratamento Ludovico da obra Laranja Mecânica. Isso porque mostra-se necessário, nos tempos de hoje, iniciativas criativas que possibilitem uma nova visão dos crimes cometidos mediante efeito de entorpecentes, pendendo aos meios terapêuticos, com o afastamento parcial ou total do processo penal. Dessa forma, imperioso é entender a mentalidade do usuário, seu contexto social, suas ações, e principalmente, a ligação entre o uso de substâncias psicotrópicas com o crime. Procura-se, assim, mostrar o caráter filantrópico da VDQ em contraste com a técnica médica aplicada no livro de Anthony Burgess e na adaptação cinematográfica de Stanley Kubrick, enquanto abarca-se do contexto social e as causas de aptidão à violência de Alexander DeLarge - protagonista da obra -, assim como o consumo de drogas por este e o fator potencializador de substâncias psicoativas para o cometimento de crimes. Este estudo tem por objetivo apontar as diferenças entre as Varas de Dependência Química e a Técnica Ludovico; no que consiste cada uma, suas prerrogativas e finalidades, bem como A explicitar a viabilidade da utilização do cinema e da literatura em pesquisas científicas, com enfoque na criminologia. A análise se perfaz na pesquisa bibliográfica, utilizando-se de doutrinas penais, criminológicas, sociológicas e psiquiátricas, com reconhecimento no meio acadêmico e profissional, e pelo uso de artigos científicos colhidos na internet, com a devida cautela de utilizar-se somente daqueles publicados em periódicos científicos. Também foi utilizado o romance de Anthony Burgess e o filme de Stanley Kubrick, ou seja, a obra Laranja Mecânica. As VDQs constituem-se em um procedimento jurídico, processual ou pré-processual, coercitivo – estando entre meio termo ao voluntário e o compulsório -, as quais objetivam o tratamento de indivíduos que cometeram crimes enquanto sob efeito de substâncias psicoativas, envolvendo diversas área clínicas e

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Professor de Direito da URI/FW. Doutorando e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Especialista em Ciências Penais pela PUCRS. Advogado criminalista.

sociais, com a finalidade de uma recuperação sadia. Enquanto busca a saúde física e mental da pessoa, procura afastar a mesma do processo penal, quando possível, ou reduzindo seus efeitos quando necessária, pondo como base a redução de danos. Por outro lado, a técnica Ludovico, reproduzido na obra Laranja Mecânica, possui procedimento hediondo e compulsório, submetendo o indivíduo a um tratamento por associação, que por sua vez torna-o repulsivo a qualquer ato ou pensamento criminoso e libidinoso. Priva-o de qualquer defesa, assim como de reprodução futura, causando sequelas à personalidade. Trata somente a conduta, mas não a intenção de agir, e consequentemente, as VDQs afastam-se em todos aspectos da técnica Ludovico.

DELAÇÃO PREMIADA E CONFISSÃO: UMA INVESTIGAÇÃO COMPARATIVA ENTRE OS DOIS INSTITUTOS

Daniel Pulcherio Fensterseifer¹

Anagreici Manfrin Pretto²

O presente trabalho enfatiza um estudo comparativo e crítico acerca dos institutos da delação premiada e da confissão penal, tendo em vista que no mundo jurídico acabam muitas vezes sendo confundidos e, portanto, utilizados de forma errônea. Tal confusão decorre do fato de ambos se basearem na palavra do acusado. Entretanto, destaca-se que mesmo compartilhando algumas semelhanças, possuem objetivos e requisitos distintos, razão pela qual é imprescindível entendê-los mutuamente a fim de que possam satisfazer os fins para os quais foram criados. Ou seja, a confissão e a delação premiada diferem-se principalmente pelo fato de que a confissão pressupõe somente a admissão da culpa pelo acusado, ao passo que a delação premiada além da confissão exige a incriminação de terceiros, ou seja, o acusado colabora com o Estado e indica os comparsas que colaboraram para a prática do crime, recebendo para tanto benefícios processuais. Assim, este trabalho buscou estudar os institutos da delação premiada e da confissão, estabelecendo suas distinções e elencando as principais críticas doutrinárias existentes no mundo jurídico. Trata-se de pesquisa bibliográfica, realizada a partir da coleta de livros, artigos de revistas científicas e jurisprudência. Foram utilizados para o estudo tanto manuais de processo penal quanto livros específicos sobre a temática. Quanto aos artigos colhidos da internet, foram excluídos todos os que não fossem publicação de periódico científico. Deste modo, observou-se que os institutos possuem forma de aplicação distinta, uma vez que a confissão caracteriza-se como atenuante da pena conforme o art. 65, III, 'd', do CP, ao passo que a delação premiada pode conceder ao indivíduo benefícios mais amplos, desde a redução da pena até o perdão judicial. Constatou-se que a confissão traz menos benefícios ao acusado, ao passo que a delação premiada proporciona-lhe inúmeras vantagens processuais quando do cometimento de um crime. Entendeu-se que através do prêmio que é concedido ao acusado, busca-se suprir uma lacuna do Estado que não consegue desenvolver adequadamente a atividade da persecução penal,

¹ Professor de Direito da URI/FW. Doutorando e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Especialista em Ciências Penais pela PUCRS. Advogado criminalista.

² Acadêmica do curso de direito. Cursante do 10º semestre. Estagiária na Defensoria Pública de Frederico Westphalen/RS.

premiando aquele que contribui positivamente nessa missão. Destaca-se que existem posicionamentos favoráveis e contrários à delação premiada, baseados primordialmente no modo de obtenção e nos efeitos jurídicos por ela gerados, entretanto, por meio do estudo realizado, observou-se que as críticas se sobressaem e demonstram a carência do Estado no exercício da persecução penal.

A INQUIRIÇÃO DAS CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL POR MEIO DO DEPOIMENTO SEM DANO

Iana Terezinha Trento¹

Daniel Pulcherio Fensterseifer²

Busca-se através desta pesquisa, realizar uma análise sobre o procedimento inquiratório na instrução processual de crianças vítimas de abuso sexual, buscando compreender e minimizar os danos advindos desta inquirição. Na atual legislação brasileira, por meio de lei própria, são resguardados os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como sendo priorizada sua saúde psíquica. Por esse motivo, sempre foram encontrados problemas acerca da inquirição de um menor em processos criminais, mesmo sendo eles as vítimas e os maiores interessados no melhor andamento e resultado da lide criminal. Diante dos danos sofridos pela vítima, torna-se necessário o uso do depoimento sem dano, ferramenta utilizada através de profissionais habilitados para a realização deste trabalho, a fim de conseguir captar as informações necessárias para a elucidação da prática ou não do abuso sexual. Em primeiro momento se fará uma análise acerca da importância das provas no processo penal, dando ênfase a prova testemunhal. Posteriormente analisar-se-á a importância da prova testemunhal nos crimes sexuais, destacando o depoimento da vítima de abuso, analisando-se também a “falsa memória” e sua relação com o depoimento em juízo. Por fim, sucintamente busca-se entender sobre a ciência da vitimologia, seguido de breve estudo acerca da revitimização e assim adentrando-se no estudo do depoimento sem dano, analisando-se, outrossim, de forma pormenorizada os procedimentos e técnicas utilizados na inquirição das vítimas, analisando a forma menos invasiva e que exponha a criança ou adolescente ao constrangimento. Desta forma, perceptível é a importância do presente estudo, visto a preocupação que se atribui a vítima de abuso sexual a qual não pode ser ainda mais exposta e constrangida do que já foi diante do crime que sofreu. Ademais, o que fica evidenciado é que há uma enorme preocupação do Poder Judiciário em não expor, mais uma vez e de forma invasiva a intimidade e o constrangimento a que a vítima passou. Tenta-se, portanto, diminuir-se os danos advindos do abuso através do depoimento sem dano, realizado por uma equipe

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

²

multidisciplinar que conduzirá da melhor forma a colheita da prova testemunhal. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

A (IN)EFICÁCIA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DIANTE DA CRIMINALIDADE CRESCENTE

Kátia Nienow¹

Olivério de Vargas Rosado²

O presente trabalho objetiva analisar a possibilidade de redução da maioridade penal no Brasil, diante do aumento da violência, tendo como foco principal o envolvimento de crianças e adolescente com o crime. Para tanto, estuda-se os diversos argumentos utilizados por ambos os lados: tanto o dos que defendem e apoiam a redução da maioridade penal, quanto o dos que repudiam tal proposta e partilham da ideia de imutabilidade. Sabe-se da polêmica que cerca este tema entre doutrinadores e profissionais do Direito, bem como na sociedade em geral, e, a partir disso, considera-se com maior cautela os aspectos penais e sociais que envolvem a proposta de redução da maioridade penal, como também a eficácia das medidas de proteção e socioeducativas aplicáveis às crianças e adolescentes em conflito com a lei, estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a realização do presente estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta – bibliográfica como técnica de pesquisa. Entre os tópicos trabalhados, encontra-se a ideia de ineficácia da redução da maioridade penal diante da correta aplicação das sanções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Primeiramente, o foco do estudo bibliográfico foi direcionado para a evolução dos direitos da criança e do adolescente, através da análise dos institutos que marcaram a história do sistema jurídico, com ênfase na passagem da fase da indiferença para os dias atuais, chegando-se à fase de adoção da Doutrina de Proteção Integral e o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Posteriormente, aprofundou-se o estudo em relação aos aspectos negativos da redução da maioridade penal diante do crescimento da criminalidade e da decadência do sistema social, educacional, assistencial e penitenciário, sendo abordados de forma específica pontos diretamente ligados à ideia de que a redução da maioridade penal influenciaria na redução da criminalidade. Durante o desenvolvimento do trabalho, foram abordados temas como disparidade entre a inimputabilidade penal e a impunidade, a natureza de norma pétrea dos

¹ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Professor de Direito da URI/FW. Mestre em Direito.

artigos 227 e 228 do Código Penal, as políticas de atendimento, Abolicionismo Penal e os Direitos Penais Máximo e Mínimo, o direito ao voto aos 16 anos de idade e estilo de vida dos jovens infratores, além da questão da criminalidade e sua relação com o contexto social e político. Concluindo o estudo bibliográfico, tratou-se das sanções aplicáveis constantes no texto do ECA, bem como questões relativas à sua eficácia e aplicabilidade, a partir do estudo das medidas de proteção e socioeducativas em espécie e da lei 12.594, que trata da execução desta, bem como instituiu o SINASE - Sistema Nacional Socioeducativo. Ao final, diante dos argumentos expostos, demonstra-se que a criminalidade e sua relação com crianças e adolescentes são consequências de problemas sociais, e não as causas destes.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: DIREITO SUBJETIVO DO ACUSADO

Jean Mauro Menuzzi¹

Mariele Albiero²

O presente trabalho aborda a temática da suspensão condicional do processo ser mais do que um ato discricionário do Ministério Público ou um ato bilateral consensual entre as partes do processo, e sim um direito subjetivo público do réu. Optou-se pelo tema pela diversidade de processos decorrentes de crimes de pequeno potencial ofensivo que sobrecarregam o Poder Judiciário, refletindo, conseqüentemente, na própria comunidade, uma vez que os demais processos têm seu andamento prejudicado diante da lentidão decorrente do acúmulo de demandas judiciais de todas as espécies. Como o instituto da suspensão condicional do processo tem o condão de gerar a paralisação parcial do processo, denota-se que, além do réu, muitos sujeitos processuais e extraprocessuais acabam sendo beneficiados, eis que os operadores do direito terão a disponibilidade de tempo e preocupação maior voltados às demandas urgentes e indispensáveis. O trabalho está estruturado em três capítulos, iniciando-se por um estudo histórico-conceitual sobre a criação do instituto da suspensão condicional do processo e os parâmetros de aplicação dentre vários ordenamentos. Apresenta o próprio procedimento da suspensão dentro de um processo e as suas conseqüências jurídicas e sociais. Destaca considerações sobre a importância de o benefício poder ser oferecido pelo Magistrado, quando da recusa injustificada do Ministério Público, visto que, diante dos requisitos legais presentes no caso concreto, só haveria benefícios para o réu, para o Poder Judiciário e para a comunidade na concessão da suspensão condicional do processo ao acusado. O presente trabalho mostra que há lacunas na lei que prevê a aplicação do instituto tratado, pois trazido pela Lei nº 9.099/95 em um só artigo – o 89 –, gerando posicionamentos contrários em sede da doutrina, bem como da jurisprudência. Assim, é necessário analisar os resultados da aplicação deste instituto em larga escala para que haja uma uniformização no âmbito processual. Dentre as considerações trazidas neste trabalho, conclui-se que a suspensão condicional do processo, desde que obedecidos os requisitos para a sua concessão,

¹ Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

vai além de um mero benefício discricionário do *Parquet*, sendo efetivamente um direito subjetivo público do acusado, em razão da amplitude de melhorias trazidas a ele e aos atingidos pelo decurso processual. Para a realização deste trabalho monográfico utiliza-se do método dedutivo, em que parte-se de conceitos e ideias gerais para se chegar a conclusões específicas. A estratégia metodológica é a pesquisa bibliográfica, eis que pautada na leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de conceitos, obras e autores, bem como da leitura da legislação brasileira necessária para a fundamentação do tema em estudo.

A INVESTIGAÇÃO NO INQUÉRITO POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E OS DEBATES ACERCA DA PEC N. 37

Jean Mauro Menuzzi¹

Jéssica Behnen de Bona²

Esta pesquisa monográfica tem por finalidade analisar a polêmica existente acerca da possibilidade do Ministério Público proceder com as investigações criminais na fase do inquérito policial, por ser este um tema de bastante evidência no cenário jurídico atual. O presente estudo se justifica por ser um assunto em destaque e que ainda vai se prolongar ao longo do tempo, pois, mesmo havendo manifestação favorável do Supremo Tribunal Federal quanto à atuação do *Parquet* na fase inquisitorial, alguns estudiosos e doutrinadores do meio jurídico ainda defendem argumentos no sentido contrário, os quais estão alicerçados principalmente na inconstitucionalidade de tal ação. O trabalho está estruturado em três capítulos, iniciando-se por um estudo sobre o instituto do inquérito policial, onde realiza-se uma abordagem sobre referido tema, suas principais características e finalidades, além de ser enfatizada a forma de instauração do mesmo nos diversos tipos de ações penais. Num segundo momento, tece-se considerações a respeito da Instituição do Ministério Público, sendo por fim analisados os argumentos contrários e favoráveis a tal investigação. Além disso, estuda-se de que forma o Órgão Ministerial exercerá a função investigatória. O presente trabalho não é conclusivo, sendo apenas uma reflexão sobre o tema, haja vista que, embora o órgão superior tenha se manifestado no ano de 2012 autorizando que o Ministério Público investigue durante o expediente policial, tendo o feito no julgamento da PEC 37, a questão de como será exercida referida investigação ainda se encontra em aberto, não havendo nenhuma lei que a regule ou especifique. Desse modo, em que pese o tema não possuir regulamentação pela legislação brasileira, pode-se identificar que o Ministério Público poderá utilizar todos os instrumentos disponíveis à Autoridade Judiciária na colheita de provas, podendo requisitar as diligências que supor imprescindíveis ao desenrolar do feito, bem como atuar de forma direta quando assim entender favorável. Além disso, ao proceder com as investigações, o Órgão

¹ Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

Ministerial estará condicionado a obedecer as prerrogativas e os direitos assegurados constitucionalmente ao indivíduo, como o de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ver-se acompanhado por um advogado. Para a concretização deste trabalho monográfico utiliza-se do método dedutivo, sendo a pesquisa bibliográfica a estratégia metodológica, eis que consistente em leitura, análise, síntese, interpretação e dedução de conceitos, obras e autores, bem como da leitura da legislação brasileira imprescindível para a fundamentação do tema em pauta.

O ADOLESCENTE E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NA PERSECUÇÃO PENAL

Jean Mauro Menuzzi¹

Bruna Cardoso Pinto²

O presente estudo aborda a temática relacionada à diferenciação atribuída ao adolescente quando do cometimento de delitos, neste caso tratado como ato infracional. A pesquisa busca identificar e diferenciar o tratamento atribuído ao adolescente durante a persecução penal, demonstrando seus direitos e deveres conforme estatui o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), bem como os ditames que preceitua a Carta Magna de 1988. O desenvolvimento desta pesquisa dividiu-se em três capítulos, ocasião em que, no primeiro deles, se discute a evolução histórica do Direito da Criança e do Adolescente, analisando-se as diversas fases pelas quais o Estatuto infantojuvenil passou até chegar aos dias atuais. Já o segundo capítulo aborda um estudo aprofundado sobre a Teoria da Proteção Integral, adotada pela legislação brasileira, a qual visa dar uma proteção especial a criança e ao adolescente diante de sua condição reconhecida de pessoas em desenvolvimento. E, para finalizar, o terceiro capítulo discute especificamente acerca desse tratamento diferenciado atribuído ao adolescente quando do cometimento de ato infracional, desde o procedimento de apuração da conduta praticada até a aplicação de medidas socioeducativas, destacando-se, ainda, o caráter de instrumento contramajoritário que assume a legislação especial infantojuvenil. O que tem de ficar evidenciado é que a medida aplicada ao adolescente, pelo cometimento de um ato infracional, deve ter não somente um caráter sancionatório, mas educacional e pedagógico, a fim de possibilitar a sua promoção na esfera pessoal e social. Salienta-se que o tema em questão torna-se de grande relevância, pois dá um enfoque a diferenciação existente no tratamento que se tem com o adolescente quando da prática de delitos, diante da adoção da Teoria da Proteção Integral e tendo em conta a condição peculiar de ser em desenvolvimento que ostenta o adolescente. Conclui-se, ao final do estudo em questão, que, baseando-se na aludida teoria, existe esta necessidade de o adolescente ser tratado de forma diferenciada quando comete algum ilícito penal, não lhe sendo aplicadas penas privativas de liberdade, mas

¹ Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

sim medidas socioeducativas, cuja finalidade precípua é a ressocialização e resgate do adolescente do contexto de delinquência em que se envolveu. Para o desenvolvimento do presente estudo, utilizou-se o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento, o qual se caracteriza como monográfico e, por fim, quanto à técnica de pesquisa empregada, valeu-se da pesquisa indireta – bibliográfica.

INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL: PROCEDIMENTO, DEFICIÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

Jean Mauro Menuzzi¹

Angela Teresinha Milani²

Designa estudar o procedimento do incidente de insanidade mental na persecução penal, dando enfoque em suas deficiências e contradições, tais como a contrariedade a princípios constitucionais, o fingimento de doença mental, a ineficiência do prazo para realização do exame, os atos praticados pelo curador e as hipóteses de ineficácia da medida de segurança. Para a realização do presente estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, uma vez que parte das questões gerais do processo, volta-se aos incidentes e, por fim, ao objeto da pesquisa, o incidente de insanidade mental. No que se refere ao foco de estudo bibliográfico inicialmente foi direcionado para o estudo da persecução penal, subdividida no inquérito policial e na ação penal, descrevendo os procedimentos e as peculiaridades de cada um. Em prosseguimento, aprofundou-se sobre as questões e os processos incidentes, explicando cada um e introduzindo o objeto da monografia, incidente de insanidade mental, que é um tipo de processo incidente. É demonstrado todo o processo do incidente de insanidade mental e é questionada a eficácia de seu procedimento, pois o incidente de insanidade mental apresenta diversas falhas e contradições, tais como a contrariedade a princípios constitucionais, o fingimento de doença mental, a ineficiência do prazo para realização do exame, os atos praticados pelo curador e as hipóteses de ineficácia da medida de segurança, necessitando assim serem reformuladas para que se chegue a um julgamento justo. Diante disso, apurou-se que é preciso uma discussão acerca do procedimento do incidente de insanidade mental para que se busque a resolução de suas deficiências e contradições, necessitando de um procedimento que seja eficaz e que respeite os princípios fundamentais, uma vez que uma pessoa com sanidade mental reduzida também tem seus direitos e deve ser tratado de acordo com as suas desigualdades, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana.

¹ Mestre em Direito, Professor do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI, Câmpus de Frederico Westphalen, RS.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Times New Roman,
formato e-book pdf, em maio de 2015.